



Informe UNAFISCO SINDICAL Rio de Janeiro

Boletim nº 69

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2002

Plenária encaminha pela suspensão das paralisações

Audidores diversificam ações para prosseguir mobilizados

Os acontecimentos desta semana em Brasília mais uma vez foram fortemente influenciados pela presença dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. As caravanas, desta vez com cerca de 200 AFRF, evitaram a votação da MP 38 e obtiveram um excelente resultado: o calendário ficou muito apertado para o governo insistir na sua aprovação. Desta vez, o impasse favoreceu os AFRF. Sem acordo quanto ao artigo 28, defendido abertamente pelos líderes do governo, pela administração da Receita e pela direção do SINDTTEN, a matéria não entrou na pauta e agora ficou espremida entre as eleições e o prazo final para sua perda de validade, em 12 de outubro, apenas uma semana após o primeiro turno. Antes disso, é muito

improvável que haja nova sessão da Câmara. Sem contar que para cumprir o prazo, a MP teria que tramitar também no Senado até aquela data.

Assim sendo, na Plenária dos Auditores, realizada ontem, muitos AFRF demonstravam a satisfação pela estratégia de estender as paralisações até a votação, ou não, da MP 38, considerando que esta foi mais uma vitória, ainda que parcial, das mobilizações que começaram no primeiro semestre. A MP 38 não fazia parte do eixo original das reivindicações, mas, principalmente nas últimas semanas, influenciou decisivamente a continuidade das paralisações após o recesso de julho.

Encontro aponta para novas estratégias

O sucesso das paralisações, que empurrou as duas MPs para outubro e novembro, foi também um dos principais argumentos para que a Plenária orientasse pela suspensão da greve a partir de hoje na Assembléia Nacional. Após intensas discussões, a maioria avaliou que não haveria objetivo imediato que justificasse continuar fazendo paralisações agora. Há necessidade de poupar energias para a avalanche de votações que virá a partir de novembro. Ainda assim, a Plenária orienta que seja mantido o estado de Assembléia Permanente e que a categoria esteja atenta e preparada para a necessidade de retomar as paralisações a qualquer tempo, a depender dos acontecimentos.

significa ausência de mobilização. Muito pelo contrário, com mais disponibilidade para se organizar, outras frentes de mobilização serão abertas já a partir da próxima semana e para as quais será “convocado” um grande número de Auditores. A participação é peça chave nestas estratégias, que agora voltam-se basicamente para a) aprofundar o conhecimento sobre as conseqüências das medidas mais recentes da administração b) ampliar e qualificar o diálogo com setores estratégicos da sociedade — políticos, empresários, imprensa etc e c) mostrar a toda a população o risco que representa para a segurança pública uma aduana fragilizada.

Caso confirme-se a tendência da Plenária, isso não

(continua na página 2)

Muitas propostas que não dependiam de aprovação em assembléia foram encaminhadas diretamente para a DEN. Outras tantas serão pauta de Assembléia, como, por exemplo, a possibilidade de um calendário de Atos Públicos, Caravanas Regionais, preparação de dossiês, grupos de estudos, ações visando à imprensa e reuniões com Superintendentes, Delegados e Chefias.

CHEGA DE CONTRABANDO: UMA UNANIMIDADE NA PLENÁRIA

A reativação da campanha *Chega de Contrabando* foi lembrada por todos os grupos de trabalho na Plenária e deve ser a principal tarefa dos AFRF nas próximas semanas, junto com a preparação de dossiês sobre o desmonte da Receita nos últimos anos. A campanha foi eleita como o melhor veículo para pautar junto aos mais diversos setores da sociedade e da mídia a questão do fortalecimento das aduanas em contraposição às medidas apresentadas pela administração da Receita tanto nas MPs 38/02 e 46/02, como nas Instruções Normativas 191/02 e 193/02. Tecnicamente é possível demonstrar que artigos destas três medidas favorecem o contrabando e, conseqüentemente, contribuem para aumentar a violência e enfraquecer a indústria nacional. Mais detalhes de como isto será feito serão discutidos hoje na Assembléia Nacional. O objetivo é claro: a campanha Chega de Contra-bando precisa alcançar

a visibilidade e o sucesso da campanha **Chega de Confisco**, que resultou na correção da tabela do Imposto de Renda.

O Unafisco pretende mostrar para a sociedade que a luta travada pelos Auditores vai muito além da garantia de suas atribuições exclusivas. Conforme publicado ontem no Boletim da DEN, o próprio Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, admitiu em um seminário sobre contrabando realizado na Confederação Nacional das Indústrias (CNI) que a redação da MP permite a terceirização da verificação física de mercadorias. Everardo Maciel justificou as mudanças dizendo que a MP 38 busca “facilitar o desembaraço aduaneiro”. Ao admitir a terceirização de setor estratégico para o Estado brasileiro, sob o pretexto de agilizar o controle aduaneiro, o Secretário ofende não somente à categoria, mas toda a nação, que assim abriria definitivamente suas fronteiras ao contrabando e ao descaminho.

MOBILIZAÇÃO DOS AUDITORES AMADURECEU

A Plenária realizada em Brasília mostrou que os Auditores estão conscientes de que a luta por uma Receita Federal forte e por uma política tributária justa é permanente. A cidadania é uma construção diária e exige atenção redobrada. Está chegando ao fim um estilo de administração que nunca mais queremos ver na Receita. Mas, de hoje a dezembro, ainda podem surgir muitas surpresas.

Administração corta o ponto dos grevistas

As retaliações ao movimento dos Auditores-Fiscais chegaram ao Rio de Janeiro. Colegas de diversas unidades tiveram o ponto cortado e seus salários reduzidos. Ceará e Bahia são alguns dos estados onde a repressão já tinha sido efetivada.

A DS/RJ orienta estes colegas a comparecer a nossa sede levando os dois últimos contra-cheques e o cálculo do quanto foi descontado para obter o ressarcimento, que sairá o mais rápido possível. O Fundo de Corte de Ponto tem recursos mais do que

suficientes para repor todos os descontos até que a justiça desfaça esta ilegalidade, como já aconteceu na Bahia. O sistema é o mesmo de sempre: através de um contrato de mútuo os AFRF recebem a diferença descontada agora e a devolvem quando a justiça mandar reaver o ponto.

O Unafisco Nacional já está reunindo a documentação para providenciar um mandado de segurança em caráter liminar com esta finalidade.